

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

LUCAS MOURA VIEIRA

**Os pressupostos da tese da revolução violenta em
O Estado e a Revolução, de Lenin**

Brasília

2015

LUCAS MOURA VIEIRA

**Os pressupostos da tese da revolução violenta em
O Estado e a Revolução, de Lenin**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Departamento de Filosofia da Universidade
de Brasília como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciado em Filosofia

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Tedeia

Brasília
2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço mãe, pai e irmão, pelo apoio que me deram ao longo destes quatro anos.

Aos professores, colegas e camaradas do Grupo de Estudos em Ética e Filosofia Política da UnB e do Grupo de Estudos e Pesquisa Darcy Ribeiro.

E, claro, ao meu orientador.

Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

(Friedrich Engels)

Dizem-nos que de nós emana o poder, mas sempre o temos contra nós. Dizem-nos que é preciso defender nossos lares, mas se nos rebelamos contra a opressão é sobre nós que marcham os soldados.

(Eduardo Alves da Costa)

O Brasil vai bem, mas o povo brasileiro vai mal.

(Emílio Garrastazu Médici)

RESUMO

O presente trabalho consiste na reconstrução da crítica feita por Lenin à social-democracia alemã e na análise dos pressupostos desta crítica tal como aparecem nas obras de Marx e Engels citadas por Lenin. Primeiro mostramos como Lenin se vale da Teoria do Estado professada por Marx e Engels para defender que, por conta do antagonismo inconciliável de classes, a passagem de uma sociedade burguesa para uma sociedade proletária só pode se dar mediante uma revolução violenta. Feita a reconstrução desta crítica, que aparece em *O Estado e a Revolução*, buscamos então, nas obras de Marx e Engels, como estes autores fundamentam as questões que, em Lenin, aparecem como dados. Como o título do trabalho indica, tecemos uma reconstrução dos pressupostos da tese de que a passagem de uma sociedade burguesa para uma sociedade proletária deve necessariamente passar, em algum momento, por uma revolução violenta.

Palavras-chave: Lenin. Marx. Estado. Luta de Classes. Revolução.

Sumário

Introdução.....	2
Capítulo 1 – A crítica de Lenin aos oportunistas.....	3
1.1 – Colocando a Questão	3
1.2 – Sobre a distância entre Estado e Sociedade	6
1.3 – Experiências revolucionárias.....	9
1.4 – Sobre o Parlamento.....	11
Capítulo 2 – Os pressupostos da crítica	14
2.1 – O <i>18 de Brumário de Luís Bonaparte</i>	14
2.2 – A Comuna de Paris	19
2.3 – A origem do Estado	26
Conclusão	32

Introdução

No presente trabalho pretendemos fazer uma reconstrução dos argumentos centrais de *O Estado e a Revolução*. Tal reconstrução deve ser realizada em duas etapas. Primeiro buscaremos identificar quais são os pressupostos da teoria marxista do Estado como aparecem em *O Estado e a Revolução*. A segunda parte consiste na análise destes pressupostos nos textos de Engels e do próprio Marx.

Ao analisarmos os argumentos de que existe um antagonismo inconciliável entre classes, de que o Estado é um órgão de dominação classista e de que o rompimento na ordem estabelecida deve ser violento, pretendemos mostrar como a ação política em Lenin está ligada a uma determinada configuração de classes. É uma determinada relação com os meios de produção que torna o proletário a classe capaz de conduzir o processo revolucionário.

O texto a seguir se divide da seguinte forma: Capítulo I, reconstrução do *Estado e a Revolução*. Capítulo II, como os argumentos que consideramos serem centrais em *O Estado e a Revolução* aparecem nas obras de Marx e Engels, são eles: existe um antagonismo inconciliável entre classes; o Estado é um órgão de dominação classista; o rompimento na ordem estabelecida deve ser violento. Por fim, no Capítulo III, tentaremos colocar brevemente a questão de como a ação política em Lenin está fundada no antagonismo de classes e, mais precisamente, em uma determinada forma deste antagonismo, tendo em vista que Lenin baseia sua teoria, e sua ação, em uma determinada configuração de classe. Toda a questão gira em torno da concepção do Estado como fruto do antagonismo de classes, e, portanto, aparelho classista, que, por isso, só pode ser derrubado de forma violenta. Não há conciliação entre inconciliáveis.

Capítulo 1 – A crítica de Lenin aos oportunistas

Neste capítulo percorreremos os argumentos levantados por Lenin no texto *O Estado e a Revolução* buscando mostrar como ele compreende a teoria marxista do Estado e a usa para atacar a deturpação do marxismo feita por aqueles que Lenin acusa de oportunismo, Karl Kautsky incluído. Pretende-se demonstrar quais são, no nosso entender, os principais argumentos usados por Lenin. No capítulo seguinte analisaremos como estes argumentos estão fundamentados dentro dos textos de Marx e Engels.

1.1 – Colocando a Questão

No prefácio de *O Estado e a Revolução*, Lenin nos diz que: “A luta das massas trabalhadoras, para se libertarem da influência da burguesia em geral e da burguesia imperialista em particular, é impossível sem uma luta contra os preconceitos oportunistas em relação ao ‘Estado’” (LENIN, 2010, p.20), podemos tirar algumas conclusões deste trecho. 1) O objetivo que nosso autor tem em vista: a libertação das classes trabalhadoras da influência burguesa. 2) Uma barreira que impede este objetivo (libertação da classe trabalhadora) de se realizar, os preconceitos oportunistas em relação ao Estado.

Lenin nos ensina que a doutrina de Marx tem seu ensinamento revolucionário castrado pela burguesia e pelos oportunistas do movimento operário, tal como ocorreu com outros pensadores revolucionários, perseguidos em vida e convertidos em ídolos inofensivos após sua morte, para “‘consolo’ das classes oprimidas e seu ludíbrio” (LENIN, 2010, p.25). Lenin coloca a questão da seguinte forma: “Esquece-

se, esbate-se, desvirtua-se o lado revolucionário, a essência revolucionária da doutrina, a sua alma revolucionária” (LENIN, 2010, p.26) e completa: “a nossa missão é, antes de tudo, restabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado” (LENIN, 2010, p.26). Trata-se, então, de combater os preconceitos “oportunistas” tão bem difundidos sobre o marxismo, recolocando a essência revolucionária contida na doutrina marxista do Estado.

O reestabelecimento da verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado é o ponto de partida da crítica que Lenin faz aos “oportunistas”. Aqueles que negam a essência revolucionária do marxismo, a social-democracia alemã se enquadra aqui, estariam rebaixando esta doutrina. Essas considerações aparecem nas duas primeiras páginas de *O Estado e a Revolução* e dão o tom do debate que será desenvolvido ao longo do texto. Interessante notar que nelas já aparecem os dois conceitos centrais do livro, aqueles que lhe dão o nome, a *Revolução* e o *Estado*. Mais do que trazer à tona os dois temas, podemos notar que fica explicitada uma ligação entre eles, com base relação entre teoria do Estado e teoria da Revolução que Lenin irá construir sua crítica aos “oportunistas”. O rebaixamento da doutrina do Estado está diretamente relacionado com o rebaixamento, ou obscurecimento, da questão da revolução.

Para fazer frente àquilo que ele chama de as deturpações sobre a teoria marxista do Estado e repor a essência revolucionária do marxismo, Lenin vai se valer do pensamento de Marx e Engels.

Lenin afirma, fiando-se em Marx e Engels, que o Estado é um produto da sociedade que ele surge como consequência da luta de classes. E também nos diz que as contradições de classe são inconciliáveis. Com base nisso, nosso autor aponta duas formas de deformação do marxismo. A primeira delas é a deformação por parte dos ideólogos burgueses. Que se dá, quando estes:

[...] obrigados, sob a pressão de fatos históricos incontestáveis, a reconhecer que o Estado não existe senão onde existem as contradições e a luta de classes, ‘corrigem’ Marx de maneira a fazê-lo dizer que o Estado é o órgão da conciliação das classes (LENIN, 2010, p.27).

Estes “filisteus despidos de escrúpulos” ignoram propositalmente e de maneira oportunista que, como nos diz Lenin:

Para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes (LENIN, 2010, p.27).

Os ideólogos burgueses deformam o marxismo ao afirmarem que o Estado é um órgão de conciliação de classes, quando, de acordo com a teoria marxista, ele é um órgão de dominação de classes, formulação que aparece nos textos *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* e *A Guerra Civil na França*, como retomaremos no capítulo seguinte.

Porém, mais profunda que a crítica feita aos ideólogos burgueses, é a crítica que Lenin dirige a Kautsky. Por se tratar de uma deformação mais sutil, a crítica a Kautsky exige um aprofundamento maior na teoria marxista do Estado, além de colocar em questão um ponto que nos interessa especialmente neste debate, a questão da revolução violenta.

De acordo com Lenin, Kautsky admite que o Estado seja um órgão de dominação e que existe um antagonismo inconciliável entre as classes, porém deturpa o marxismo ao ignorar o caráter violento da revolução. A questão é apresentada no seguinte trecho:

se o Estado é o produto da inconciliabilidade das contradições de classe, se é uma força superior à sociedade, ‘afastando-se cada vez mais da sociedade’, é claro que a libertação da classe oprimida só é possível por meio de uma revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante e que, pela sua própria existência, ‘se afasta’ da sociedade (LENIN, 2010, p.28).

Apesar de reconhecer a existência do antagonismo inconciliável entre classes e de reconhecer que o Estado é um aparelho de dominação de uma classe sobre a outra, Kautsky ignora que, dessas duas premissas, deve se concluir que a libertação da classe oprimida deve se dar, necessariamente, de maneira violenta. Lenin nos diz que: “Esta conclusão teoricamente clara por si mesma, tirou-a Marx, com inteira precisão, como adiante veremos, da análise histórica concreta dos problemas da

revolução” (LENIN, 2010, p.28). A crítica a Kautsky consiste na demonstração de como Marx chega à conclusão de que a libertação da classe oprimida só é possível por meio da revolução violenta.

A análise histórica dos problemas da revolução e a reconstrução da teoria marxista do Estado visando atacar a “traição doutrinária das tendências Kautskystas” (LENIN, 2010, p.41), inicia-se pela questão das forças armadas e prisões.

1.2 – Sobre a distância entre Estado e Sociedade

Lenin fala em um poder público que já não corresponde diretamente à população e que dela se afasta cada vez mais. O exército permanente e a polícia são dois instrumentos fundamentais do poder estatal. Quem detém as armas é o Estado, não a população. Estes “destacamentos de homens armados” (LENIN, 2010, p.29) não correspondem à população armada e, por conta da hostilidade que há entre as classes, o armamento da população levaria à luta armada. Como veremos adiante, é exatamente a tentativa de desarmar os trabalhadores parisienses que leva à guerra civil na França, e também veremos que uma das primeiras ações da Comuna de Paris foi substituir o exército regular pelo povo armado. Outros dispositivos dos quais se vale o Estado, aqui entendido como instrumento de exploração da classe oprimida, são os impostos e a dívida pública.

Sobre o Estado como instrumento de dominação de classe, Lenin nos diz, tendo Engels como referência, que “não só o Estado antigo e o Estado feudal eram órgãos de exploração dos escravos e dos servos, como também: o Estado representativo moderno é um instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital” (LENIN, 2010, p.32). Na república democrática, a riqueza se vale da Bolsa e do suborno de funcionários para se impor. Lenin chega a afirmar que o capital “firmou o seu poder de maneira tão sólida, tão segura, que nenhuma mudança de pessoas, instituições ou partidos, na república democrática burguesa, é suscetível de abalar esse poder” (LENIN, 2010, p.34).

Essa primazia do capital na república burguesa é importante para compreender a ligação entre o argumento de que o Estado é um instrumento de dominação de classe e o argumento de que superação da opressão de uma classe por outra só pode se dar por meio de uma revolução violenta. Como na república burguesa, o capital sempre estará em vantagem, quebrar o capital significa quebrar a república burguesa. Engels define o sufrágio universal como “um instrumento de dominação da burguesia” (LENIN, 2010, p.34) e Marx, em uma entrevista ao jornal *The World* em julho de 1871, ao ser perguntado se a emancipação econômica da classe trabalhadora na Inglaterra poderia ser obtida sem uma revolução violenta, responde da seguinte forma:

Não sou tão otimista quanto o senhor nesse ponto. A classe média inglesa sempre se mostrou disposta a aceitar o veredicto da maioria porque dispôs, até então, do monopólio do poder do voto. Mas, creia-me, basta que ela seja derrotada em uma votação sobre algum assunto que considere vital e veremos aqui uma nova guerra de proprietários e escravos (MARX, 2011a, p. 220).

O sufrágio universal, diz Lenin, novamente fazendo referência a Engels, serve apenas como termômetro da maturidade da classe operária. O Estado, criado pela sociedade, pode e deve ser superado, por ser um fruto do antagonismo de classes, Ele deixa de existir logo que as classes também deixarem. É importante notar que parte da possibilidade da superação está na consciência de que o Estado foi criado pela sociedade.

Sobre a superação do Estado, Lenin nos diz que “O Estado não é ‘abolido’: morre” (LENIN, 2010, p.36). Com base nessa afirmação, Lenin ataca a posição anarquista de que é possível abolir o Estado de um dia pro outro, tal como aparece no seguinte trecho: “tanto em seu interesse passageiro para a agitação, como em sua definitiva insuficiência científica; é, igualmente, desse ponto de vista que se deve apreciar a reivindicação dos chamados anarquistas, pretendendo que o Estado seja abolido de um dia para o outro” (LENIN, 2010, p.36). Lenin alerta para a ação de oportunistas que, partindo da ideia de que o Estado simplesmente morre, negam a revolução. A esta “amputação” do marxismo nosso autor vai contrapor argumentos retirados de Engels.

O primeiro argumento consiste na afirmação de que o proletário deve abolir o Estado burguês. No primeiro momento da revolução tem-se a abolição, aniquilação do Estado burguês, em seguida “O que morre ‘depois’ dessa revolução é o Estado proletário ou semiestado” (LENIN, 2010, p.37). Assim, a revolução teria dois momentos, o primeiro consiste em uma ruptura violenta com o Estado burguês e o segundo no definhamento do Estado proletário. A “abolição do Estado como Estado” (LENIN, 2010, p.37) se dá pela substituição da “força especial de repressão” (LENIN, 2010, p.37) da burguesia por uma “força especial de repressão” (LENIN, 2010, p.37) proletária (ditadura do proletariado). Essa substituição da burguesia pelo proletário é o ato de tomada dos meios de produção em nome da sociedade. Ela não pode ser entendida como definhamento, sob pena de incorrer na “amputação” teórica descrita no parágrafo anterior. O definhamento, como foi dito acima, se dá após o “ato de posse dos meios de produção pelo Estado, em nome da sociedade”. (LENIN, 2010, p.37). Depois da revolução violenta.

Após a revolução tem-se a plena democracia. A revolução abole o Estado burguês e a plena democracia, essa sim, definha. Para Lenin o Estado, por ser um instrumento de opressão, não pode ser livre nem popular. Por conta disso, a ideia social-democrata de “Estado livre do povo” seria uma expressão burguesa da ideia de democracia. Lenin aponta para a ligação que há entre a ideia da revolução e a do definhamento na obra de Engels. “A doutrina de Marx e Engels sobre a necessidade da revolução violenta se refere ao Estado burguês” (LENIN, 2010, p.40). Os oportunistas “conciliam” definhamento e revolução, adotando ora uma ora outra. Sendo que, de acordo com Lenin, ironicamente optam pelo definhamento em 99% dos casos.

Lenin fala em um marxismo marcadamente revolucionário e que a omissão deste ponto é a “traição doutrinária das tendências kautskistas”. Nosso autor também afirma que a abolição do Estado burguês se dá pela revolução, e assim se chega ao Estado proletário, e este deve definhar. A traição doutrinária é apostar no definhamento do estado burguês, ignorando a revolução. Marx e Engels

desenvolveram esta teoria de forma detalhada e concreta. No final do capítulo I do *Estado e a Revolução* temos:

Marx e Engels desenvolveram essa teoria por uma forma detalhada e concreta, estudando separadamente cada situação revolucionária e analisando as lições fornecidas pela experiência de cada revolução em particular. Passemos a essa parte da sua doutrina, que é, evidentemente a mais importante. (LENIN, 2010, p.41)

Passemos a essa parte da doutrina.

1.3 – Experiências revolucionárias

Marx, na *Miséria da Filosofia*, faz referência à “velha sociedade civil”. Existe um antagonismo de classes na sociedade civil e o poder político seria o “resumo oficial” deste antagonismo. No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx fala em uma guerra civil, mais ou menos latente, ocorrendo dentro da sociedade. Esta guerra se transforma em uma guerra aberta onde o proletário deve derrubar de forma violenta a burguesia.

Lenin nos diz que “o Estado é a organização especial de uma força, da força destinada a subjugar determinada classe” (LENIN, 2010, p.45) e que “o proletariado é a única classe revolucionária até o fim e capaz de unir todos os trabalhadores e todos os explorados na luta contra a burguesia a fim de a suplantar definitivamente” (LENIN, 2010, p.45). A burguesia usa o Estado como máquina de dominação, o proletário deve usá-lo como ferramenta de aniquilação. A doutrina de que é possível harmonizar as classes parte da falsa premissa de que há um Estado por cima das classes, contra esta falsa premissa temos a tese da ruptura violenta.

Da mesma forma, e por isso mesmo, que há uma ligação entre as teses do Estado como organização especial de uma força e a ruptura violenta, há também uma ligação entre as premissas, que Lenin vai atacar como falsas, do Estado por cima das classe e o desenvolvimento pacífico.

Se compreendermos que não é o tipo de estratégia de derrubada que define o Estado, mas sim o tipo de Estado, ou o que se entende por Estado, é o que define a estratégia a ser adotada para a sua tomada, veremos então que o cerne da questão do método, ruptura violenta ou desenvolvimento pacífico está ligado diretamente à concepção de Estado como órgão de dominação de uma classe ou estrutura que paira sobre a sociedade.

Portanto, podemos dizer que a premissa da ruptura violenta é derivada da tese de que Estado funciona como órgão de dominação classista. Da mesma forma que a via democrática advém da ideia de que o Estado é um aparelho de mediação de classe. Vimos acima como Lenin vai atacar a tese de que o Estado é um aparelho de mediação entre as classes.

Para aprofundar a questão do Estado como instrumento de dominação de classe Lenin percorre trechos do *18 de Brumário de Luís Bonaparte* em que Marx trata desta questão. Marx vai chamar o poder executivo de “espantoso parasita, que, como uma rede, envolve o corpo da sociedade francesa e lhe tapa todos os poros” (LENIN, 2010, p.45), para, em seguida, apontar o sucessivo fortalecimento deste mecanismo. No capítulo seguinte veremos como estes argumentos estão inseridos no texto de Marx.

Lenin cita o trecho do *18 de Brumário*: “Todas as revoluções anteriores não fizeram senão aperfeiçoar a máquina governamental, quando o necessário é abatê-la, quebrá-la” (LENIN, 2010, p.48). Para ele este é o próprio fundo da teoria marxista do Estado, a necessidade de se quebrar o Estado burguês. Como já vimos, é sobre esta base teórica que Lenin vai articular sua crítica contra Kautsky.

Sobre a máquina governamental, temos que as duas instituições típicas do Estado centralizado são a burocracia e o exército permanente e que seguidas revoluções burguesas desenvolveram, aperfeiçoaram e consolidaram este aparelho burocrático militar. Como a pequena burguesia é cooptada pela alta burguesia através de cargos na estrutura estatal, adiam-se as reformas e se aderem às partilhas. Assim, todos os Estados burgueses se reduzem à ditadura da burguesia, a

tarefa de um autêntico marxista consiste em criar a ditadura do proletário. De acordo com Lenin:

Limitar o marxismo à luta de classes é truncá-lo, reduzi-lo ao que é aceitável pela burguesia. Só é marxista aquele que estende o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da ditadura do proletariado. A diferença mais profunda entre o marxista e o pequeno (ou grande) burguês ordinário está aí (LENIN, 2010, p.54).

A ideia de destruir o Estado já estava presente nas experiências de 1848, mas ainda não se sabia claramente pelo quê substituí-lo. A Comuna de Paris (1871) deu a resposta. Lenin afirma que:

Muito embora o movimento revolucionário das massas falhasse ao seu objetivo, Marx viu nele uma experiência histórica de enorme importância, um passo para a frente na revolução proletária universal, uma tentativa prática mais importante do que centenas de programas e argumentos (LENIN, 2010, p.58).

A lição é que não basta à classe operária se apoderar da máquina do Estado para adaptá-la aos seus próprios fins, o operário deve ser capaz de destruir a máquina do Estado, esta é a condição de qualquer revolução verdadeiramente popular. A Comuna quebra parte da máquina estatal ao decretar o fim do exército permanente, tirar o poder político da polícia e igualar a remuneração da burocracia estatal ao salário dos operários, além de tirar todos os títulos e direitos da burocracia. Uma vez que é a própria maioria do povo que oprime os seus opressores, já não há necessidade de uma força especial de repressão. No capítulo seguinte trataremos de forma mais detalhada as questões relativas ao programa da Comuna. Neste ponto pretendemos mostrar como a destruição de determinados instrumentos estatais se deu na prática.

1.4 – Sobre o Parlamento

Lenin define o parlamentarismo da seguinte forma:

Decidir periodicamente, para um certo número de anos, qual o membro da classe dominante que há de oprimir e esmagar o povo no Parlamento, eis a própria essência do parlamentarismo burguês, não somente nas

monarquias parlamentares constitucionais, como também nas repúblicas mais democráticas (LENIN, 2010, p.66).

O parlamento, entendido como uma das instituições do Estado, deve ser destruído, mas isso não significa anular as instituições representativas e a elegibilidade, mas sim transformar esses “moinhos de palavras” que são as assembleias representativas em assembleias capazes de trabalhar verdadeiramente. Um parlamento que seja, ao mesmo tempo, legislativo e executivo, tal como na Comuna. Isso leva Lenin a afirmar que:

Marx soube romper impiedosamente com o anarquismo pela impotência deste em utilizar-se até mesmo da ‘estrebaria’ do parlamento burguês, principalmente quando a situação não é, de forma alguma, revolucionária: mas, ao mesmo tempo, soube fazer uma crítica verdadeiramente revolucionária e proletária ao parlamentarismo (LENIN, 2010, p.66).

E ressalta a capacidade que Marx tem de aprender com os grandes movimentos da classe oprimida, neste caso, com a Comuna. Longe de ser uma utopia, a experiência de uma assembleia que funcione ao mesmo tempo como legislativo e executivo chegou a ser feita pelos *communards*. Para Lenin, este é o exemplo para o qual os social-democratas deveriam se atentar, não o do parlamento burguês.

Encerramos aqui nosso percurso do primeiro capítulo, em que apontamos os principais argumentos levantados por Lenin em sua tentativa de reestabelecer a doutrina marxista do Estado frente às deturpações feitas por aqueles que ele chama de oportunistas. Encontramos três ideias que consideramos centrais:

- 1) O Estado é fruto do antagonismo inconciliável de classes.
- 2) O Estado moderno é um instrumento de dominação de classe.
- 3) A libertação das classes oprimidas só pode se dar através de uma revolução violenta.

A deturpação do marxismo feita pela burguesia consiste em negar o ponto 2 (e, conseqüentemente, o 3). A deturpação social-democrata, posição denunciada por Lênin em Kautsky, consiste em ignorar o ponto 3. O que Lenin nos mostra é que, levando em consideração o que Marx e Engels nos dizem sobre o Estado, a superação do Estado burguês deve passar necessariamente por uma revolução violenta. Estes são os pressupostos da tese da revolução violenta, tal como ela é

apresentada no *Estado e a Revolução*. Agora resta analisar como tais pressupostos estão fundamentados dentro das obras de Marx e Engels.

Capítulo 2 – Os pressupostos da crítica

Neste capítulo faremos a reconstrução dos argumentos na mesma ordem em que eles aparecem em *O Estado e a Revolução*. Os livros usados como referência são: *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, *A Guerra Civil na França* e *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. O objetivo do capítulo é demonstrar como as teses do antagonismo inconciliável de classes e do Estado como instrumento de dominação classista são desenvolvidas nesses textos.

2.1 – O 18 de Brumário de Luís Bonaparte

O Texto consiste em uma reconstrução, em grande parte jornalística, do período que vai 1848 até 1851, na França. Nele Marx explica como a configuração da luta de classes na França permitiu que Luís Bonaparte desse um golpe de estado e se tornasse imperador. A chave que Marx vai usar para analisar o período em questão é descrita por Engels, no Prefácio à 3ª Edição (1885) do *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, como “a grande lei da marcha da história”. Que é

a lei segundo a qual todas as lutas históricas travadas no âmbito político, religioso, filosófico ou em qualquer outro campo ideológico são de fato apenas a expressão mais ou menos nítida de lutas entre classes sociais, a lei segundo a qual a existência e, portanto, também as colisões entre essas classes são condicionadas, por sua vez, pelo grau de desenvolvimento de sua condição econômica, pelo modo da sua produção e pelo modo do seu intercâmbio condicionado pelo modo de produção (MARX, 2011b, p. 22).

Marx afirma que de 1848 a 1851 criam-se as condições para se fazer uma revolução moderna de caráter sério. É como se a sociedade tivesse retrocedido para antes de seu ponto de partida, com as condições revolucionárias que teriam sido

criadas após o movimento revolucionário. Enquanto as revoluções burguesas do XVIII avançaram de conquista em conquista, as revoluções proletárias do XIX não avançam. Para Marx estava claro que a revolução de 1848 estava fadada a ser um fiasco. Porém, os franceses diziam ter sido pegos de surpresa pelo golpe de estado dado por Luís Bonaparte, seria com um o raio em céu azul. Como isso pode ter ocorrido?

Para responder a esta pergunta, Marx passa a fazer a reconstrução das fases pelas quais a revolução passou de 1848 a 1851. Ao contrário da Revolução de 1789, que foi avançando e se radicalizando ao longo do processo, esta foi retrocedendo de república social a república burguesa, até chegar à forma do Império. O proletário, derrotado nas ruas logo no início, fica relegado ao segundo plano.

Entre 1848 e 1851 temos, entre outras, a Assembleia Nacional Constituinte, Marx afirma que a história da Assembleia Constituinte é a história da fração republicana da burguesia. Essa fração, burguesia republicana, tinha representantes nas câmaras e considerável esfera de ação imprensa. Sua influência se devia a: antipatias contra o rei; memória da velha república; fé republicana; nacionalismo e imperialismo camuflado. A burguesia industrial lhes era grata pelas medidas protecionistas e à burguesia em geral por conta de suas críticas aos socialistas, porém, eram impopulares entre os democratas pequeno-burgueses e entre o proletariado. Após fevereiro de 1848 assumem a maioria na assembleia e passam a excluir os socialistas. Depois de junho se livram dos republicanos pequeno-burgueses e passam a assumir vários postos importantes. A fração burguesa republicana, que chega ao poder graças ao proletariado, vai repeli-lo a força. Adotam uma constituição que excluía até mesmo grande parte da burguesia. A constituição mantém direitos no texto, como a liberdade, mas inserem no próprio texto elementos que a inviabilizam.

A constituição dividia o poder entre a Assembleia Legislativa e o Presidente. A relação entre ambos aparece muito bem definida na constituição. A Assembleia pode afastar o presidente de forma constitucional, mas ele não pode fazer o mesmo. Marx insinua que, com isso, a Assembleia estaria provocando sua própria

destruição. Cita os imensos poderes atribuídos à Assembleia e os imensos poderes do presidente. E o presidente, munido de tanto poder, aguarda que o prazo de quatro anos do seu mandato vença. O presidente tem poderes efetivos, enquanto a Assembleia tem o poder moral. O problema é que o poder moral não pode ser garantido por uma Carta. Vemos aqui o primeiro indício da tensão que vai se formar entre a Assembleia Legislativa e Luís Bonaparte, o presidente.

Outro elemento que agravou a situação foi a constituição ter sido redigida em um período em que Paris estava sob estado de sítio. A constante utilização do estado de sítio como forma de resolver disputas políticas faz com que a influência dos militares aumente. O cenário é: uma Assembleia com cada vez menos apoio, guardando uma constituição problemática e difícil de reformar, presidente poderoso e com respaldo nacional e militares ativos. Marx considera a eleição de Bonaparte uma consequência da reação camponesa, que contou com o apoio do exército, da alta burguesia e proletários e pequeno-burgueses.

O agravamento da tensão continua com a dissolução da Assembleia Constituinte em 1849, que faz com que a fração republicana da burguesia seja substituída pela “massa da burguesia”, que era monarquista. Isso cria uma república antirrepublicana, pois comandada por uma Assembleia constituída por monarquistas. Outro agravante é que, entre as leis que a Assembleia dissolvida em 1849 deveria votar, estava aquela que legislava sobre as responsabilidades do presidente. Os monarquistas queriam que eles mesmos elaborassem esta lei, golpe que Bonaparte vai calar em 2 de dezembro 1851 com seu próprio golpe.

Dentro da república parlamentar havia uma divisão entre duas frações da burguesia monarquias, uma fração compunha a burguesia fundiária e a outra a burguesia financeira. Sobre esta questão Marx afirma que:

Portanto, o que mantinha essas frações separadas não foram seus assim chamados princípios, mas as suas condições materiais de existência, dois tipos diferentes de propriedade, foi a antiga contraposição entre cidade e campo, a rivalidade entre capital e propriedade fundiária (MARX, 2011b, p. 60).

E completa: “Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais da existência se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de modo peculiar” (MARX, 2011b, p. 60). De acordo com Marx, é preciso saber as concepções de um partido acerca da realidade. Mostra que o interesse por trás da restauração de cada casa estava, na verdade, apoiado em interesses econômicos bem precisos, neste caso, a disputa era entre propriedade de terras e o capital. Apesar da divisão interna, a burguesia impera.

A questão é que tal domínio se mostrou perigoso, Marx coloca a questão da seguinte forma: “Foi a sensação de debilidade que os fez recuar diante das condições puras de seu próprio domínio de classe a ansiar por retornar a formas mais incompletas, mais subdesenvolvidas, e por isso mesmo, menos perigosas de tal domínio” (MARX, 2011b, p. 62). Veremos no tópico seguinte que este argumento é retomado por Engels, na *Origem da Família*, quando ele alerta para o fato de que, quanto mais aberto o campo político, no sentido de igualdades de direito, mais latente a questão econômica fica.

Frente à coligação da burguesia há uma aproximação entre pequeno-burguêses e trabalhadores. Sua representação parlamentar era a Montanha, e o seu partido o social-democrata. O Partido da Ordem, que já tinha derrotado os proletários na rua, de forma violenta, pretendiam fazer o mesmo com os pequeno-burgueses, para isso precisavam atraí-los para fora da Assembleia. Os representantes da pequena burguesia morderam a isca e é decretado novo estado de sítio em Paris.

Até aqui vemos uma burguesia que sente a debilidade frente à responsabilidade de governar diretamente e uma pequeno burguesia que ameaça, mas no momento crucial recua e, por isso, acaba derrotada. E, como já foi dito, temos também o povo, que derrotado de saída, só observa. Assim caminhava a França.

Esta burguesia, que “tinha a noção correta de que todas as amarras que ela havia forjado contra o feudalismo começaram a ser apontadas contra ela própria” (MARX, 2011b, p. 80), começava a chamar (acusar) todos seus opositores de socialistas. Para Marx, os burgueses ao menos acertam quanto ao sentido e tendência do socialismo, que se valia das liberdades civis e órgãos progressistas que ameaçavam a sua dominação. O socialismo, por falha em sua “auto avaliação” “não consegue entender por que a burguesia se fecha e ele tão obstinadamente” (MARX, 2011b, p. 80).

A burguesia, partidária da ordem e da tranquilidade, tem de lidar com um regime parlamentarista que nada mais seria do que um regime que vive na luta e pela luta (2011b, p. 81). A burguesia passa a “acusar” como socialista o que antes era tido como liberal e percebe que, para continuar dominando, precisa abrir mão do governo. O parlamentarismo representa o interesse da maioria e os interesses da maioria eram agora, para a burguesia, socialistas.

O que temos aqui é a burguesia colocada em uma posição de ter que governar um regime criado por ela mesma, mas que ia contra os seus interesses. Na dúvida, entre interesses e regime, ficaram com o primeiro. Em meio a esta crise de identidade, a Assembleia torna-se cada vez mais improdutiva e passa a incorrer em erros com cada vez mais frequência. Outra contradição burguesa, por um lado tentaram barrar a tentativa de restauração feita por Luís Bonaparte, por outro, militava pela restauração das casas reais das quais eram partidários.

Como consequências dessas contradições, o Partido da Ordem, representante da burguesia, perde a maioria parlamentar. Para piorar, há um acirramento entre os partidários das casas de Orleans e Bourbon. A situação chega ao ponto em que nenhuma das alternativas de voto parece ser razoável ao Partido da Ordem. Marx afirma que: “a monarquia deveria produzir aquilo que somente a aniquilação de duas monarquias, a república, podia realizar e já realizara” (MARX, 2011b, p. 115).

Antevendo o que estava para acontecer, a aristocracia financeira se alia a Luís Bonaparte (2011b, p.121). A aristocracia financeira, vendo o Partido da Ordem perder sua influência, passa para o lado do Presidente. Vemos aqui a classe defendendo seus interesses econômicos, defenderam a república, pois era isso o que ela, república, fazia naquele momento, servia a seus interesses. O tipo de regime é algo acessório, não fundamental.

Marx afirma que o Golpe “foi resultado necessário e inevitável do desenvolvimento anterior” (MARX, 2011b, p. 130). Todos sabiam que ele iria ocorrer e não fizeram, ou não puderam fazer nada para evitá-lo. “Ficou claro, então, que não havia mais nenhuma maioria no parlamento. A Assembleia Nacional se tornara incapaz de tomar decisões. Não havia mais força coesiva unindo os seus elementos atômicos; ela havia dado o seu último suspiro e estava morta.” (MARX, 2011b, p. 131). A Assembleia estava definhando e a burguesia começa a abandonar de vez o Partido da Ordem.

Luís Bonaparte ataca o Partido da Ordem durante um discurso proferido a representantes da burguesia industrial, que aplaudem. Depois do acordo com a burguesia financeira, os aplausos da burguesia industrial. Depois disso, generais e soldados são subornados, as tropas ocupam pontos estratégicos da cidade e membros do Partido da Ordem são presos. Na manhã do dia 2 de dezembro de 1851 foram colados cartazes em todos os muros “anunciando a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado, a restauração do sufrágio universal e a decretação do estado de sítio no departamento de Seine” (MARX, 2011b, p. 133). Marx conclui: “Esse foi o fim do Partido da Ordem, da Assembleia Legislativa e da Revolução de Fevereiro” (MARX, 2011b, p. 134).

2.2 – A Comuna de Paris

Na introdução à *Guerra Civil na França*, escrita por Engels em 1891, fica explicitada a capacidade de Marx em “compreender claramente o caráter, o alcance e as consequências necessárias dos grandes acontecimentos históricos” (MARX,

2011a, p. 187). O texto foi apresentado no dia 30 de maio de 1871, dois dias após a queda da Comuna, proclamada no dia 28 de março do mesmo ano. Engels explicita o caráter classista da Comuna:

Assim, a partir de 18 de março o caráter de classe do movimento parisiense, que até então estivera em segundo plano na luta contra a invasão estrangeira, emergiu de forma penetrante e nítida. Ou eles decretaram reformas que a burguesia republicana falhara em implementar por pura covardia, [...] ou promulgaram decretos que iam diretamente em encontro dos interesses da classe trabalhadora e que, em parte, feriam profundamente o antigo ordenamento social (MARX, 2011a, p. 192).

Entre estes decretos estavam a ocupação de todos os cargos administrativos, judiciais e educacionais e o pagamento de salário de operário para cada servidor. No final da Introdução, Engels coloca de maneira bem clara sua opinião sobre o que é o Estado, vejamos:

Na realidade, porém, o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe por outra, e isso vale para a república democrática não menos que para a monarquia; na melhor das hipóteses, ele é um mal que o proletariado vitorioso herda na luta pelo domínio de classe e cujos piores aspectos o proletariado, assim como a Comuna, não pode evitar eliminar o mais prontamente possível, até que uma nova geração, crescida em condições sociais novas e livres, seja capaz de remover de si todo este entulho estatal. (MARX, 2011a, p. 197).

Essas opiniões reaparecerão na *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, texto publicado em 1884 e que certamente oferece vários elementos para a elaboração desta Introdução. O importante é notar como Engels afirma de maneira clara que o Estado, mesmo no caso da república democrática, é um instrumento de opressão de classe. Este é um dos pontos chave da *Guerra Civil na França*, onde será recorrente o argumento de que é necessário quebrar a máquina estatal. Quanto ao outro ponto recorrente, o que colocar no lugar do Estado burguês, Engels dá uma dica. Fazendo referência à ditadura do proletariado, ele afirma: “Pois bem, senhores, quereis saber como é esta ditadura? Olhai para a Comuna de Paris. Tal foi a ditadura do proletariado.” (MARX, 2011a, p. 197). Estas questões permearão a reconstrução histórica que segue.

Na Mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, escrita por Karl Marx e intitulada *A Guerra Civil na França*, temos o

relato de que, em 4 de setembro de 1870, os operários parisienses proclamam a república, mas não chegam ao poder, que é usurpado em nome da defesa nacional. Armar os trabalhadores era a única maneira de defender Paris do invasor, porém, armá-los era uma ameaça à burguesia, por isso, o governo preferiu não fazê-lo.

Para Marx, o governo de Thiers se defendia não do soldado prussiano, mas do operário de Paris. A Guerra Civil se arma em torno da tensão criada pelo fato de que parte dos operários de Paris estavam armados. Marx coloca a questão da seguinte maneira:

Paris não podia ser defendida sem armar sua classe trabalhadora, organizando-a em uma força efetiva e treinando suas fileiras na própria guerra. Mas Paris armada era a revolução armada. Uma vitória de Paris sobre o agressor prussiano teria sido uma vitória dos operários franceses sobre o capitalista francês e seus parasitas estatais. (MARX, 2011a, p. 35).

Com o aumento da tensão o governo se retira de Paris e vai para Versalhes. O governo assina o armistício com a Prússia e arma-se para a guerra civil contra Paris e contra a República. A Prússia impõe uma pesada multa à França e uma das condições para que a multa pudesse ser paga era o desarmamento de Paris. A tensão aumenta e o governo de Thiers chega a solicitar que o exército prussiano libere Paris, Bismarck se recusa e a tensão entre o governo, agora instalado em Versalhes, e os operários parisienses armados aumenta.

Em Paris, a Guarda Nacional é reorganizada em um Comitê Central e toma posse das armas abandonadas pelo exército francês. Os prussianos reconhecem a República, mas, enquanto a cabeça da República estava em Paris, o governo estava em Versalhes. Paris estava armada e a Guarda Nacional estava organizada (2011a, p.47). Entre depor as armas e resistir, Paris optou por resistir. Thiers tenta uma estratégia para tomar a artilharia da Guarda e a estratégia falha. Em 18 de março de 1871 a revolução toma conta de Paris. Apesar do movimento revolucionário, de acordo com Marx (2011a, p. 50), os atos de violência durante a Comuna teriam sido apenas a execução de dois generais, casos nos quais o povo não teve culpa. Interessante notar que, ao descrever a Guerra Civil, Marx faz constantes contraposições entre a baixeza do governo e a magnanimidade do povo em armas.

A Comuna não marchou sobre Versalhes quando teve a chance, preferiu esperar as eleições, enquanto isso, o governo fazia uma guerra desleal (2011a, p. 52).

Enquanto isso, em Paris, os proletários tomavam o poder governamental, porém, como alerta Marx, “a classe operária não pode simplesmente se apossar da máquina do Estado tal como ela se apresenta e dela servir-se para seus próprios fins” (MARX, 2011a, p. 54). Isso porque a máquina estatal funciona como um dispositivo de dominação de uma classe sobre outra. Sobre o Estado temos que:

o seu caráter político mudou juntamente com as mudanças econômicas ocorridas na sociedade. No mesmo passo em que o progresso da moderna indústria desenvolvia, ampliava e intensificava o antagonismo de classe entre o capital e o trabalho, o poder do Estado foi assumindo cada vez mais o caráter de poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina do despotismo de classe (MARX, 2011a, p. 55).

Quanto mais a luta de classes avança, mais claro fica o caráter repressivo do Estado. Marx justifica esta afirmação citando o exemplo da Revolução de 1830, que, ao transferir o governo dos latifundiários para os capitalistas, “transferiu os antagonismos mais remotos para os antagonismos mais diretos da classe operária” (MARX, 2011a, p. 54). Outro exemplo são os desdobramentos dos movimentos de 1848 na França, no pós-48, nos diz Marx, se referindo à burguesia:

as restrições que suas discórdias haviam imposto ao poder do Estado sob regimes anteriores foram removidas com essa união, e ante uma ameaçadora sublevação do proletariado eles agora serviam-se do poder estatal, sem misericórdia e com ostentação, como de uma máquina nacional de guerra do capital contra o trabalho (MARX, 2011a, p. 55).

Quanto mais explícito fica o antagonismo entre burguesia e proletariado, mais claro fica que o Estado está a serviço de um deles. É no regime em que a burguesia é levada a assumir o controle da máquina estatal, a república democrática, que o campo de enfrentamento entre as duas classes fica mais claro.

Alcançada a igualdade jurídica, fica clara a desigualdade econômica – Engels (1980, p. 80) tratou desta questão na *Origem da Família* afirmando que o caráter específico da opressão econômica que pesa sobre o proletariado só se manifesta em todo seu rigor quando são suprimidos os privilégios legais da classe dos

capitalistas e juridicamente estabelecida a plena igualdade das duas classes. Para ele: “A república democrática não suprime o antagonismo entre as duas classes; pelo contrário, ela não faz senão proporcionar o terreno no qual o combate vai ser decidido” (ENGELS, 1980, p. 80).

Além do acirramento dos antagonismos, é possível observar o crescimento da própria máquina estatal após certos momentos revolucionários. Marx faz um apanhado histórico deste crescimento do Estado, que aparece da seguinte forma:

A máquina estatal centralizada, que com seus onipresentes e complicados órgãos militares, burocráticos, clericais e judiciários, constringe (estrangula) a sociedade viva tal qual uma jiboia, foi primeiramente forjada nos dias da monarquia absoluta como uma arma da nascente sociedade moderna em sua luta para emancipar-se do feudalismo. Os privilégios senhoriais dos lordes, das cidades e do clero medievais foram transformados em atributos de um poder estatal unitário, substituindo os dignitários feudais por funcionários estatais assalariados, transferindo para um exército permanente as armas das guardas dos proprietários de terra e das corporações de cidadãos urbanos e medievais, substituindo o anárquico xadrez (de colorações partidárias) dos poderes medievais conflitantes pelo plano regulado de um poder estatal dotado de uma divisão do trabalho sistemática e hierárquica. A primeira Revolução Francesa, com sua tarefa de fundar a unidade nacional (de criar uma nação), teve de eliminar toda independência local, territorial, municipal e provincial. Ela foi, portanto, forçada a desenvolver aquilo que a monarquia absoluta começara: a centralização e organização do poder do Estado e a expandir a circunferência e os atributos do poder estatal, o número de seus instrumentos, sua independência e seu poder sobrenatural sobre a sociedade real, poder que, de fato, tomou o lugar no céu sobrenatural medieval e seus santos.”

A revolução proletária deve destruir a máquina estatal. De acordo com Marx, a Comuna tinha como objetivo acabar com a dominação de classe e entendia que, para isso, deveria destruir o Estado. Marx afirma que: “A antítese do Império era a Comuna” (MARX, 2011a, p. 56). E que: “seu intuito não era suprimir a forma monárquica da dominação de classe, mas a dominação de classe ela mesma” (MARX, 2011a, p. 56). A Comuna começa o desmanche do Estado, seu primeiro decreto “ordenava a supressão do exército permanente e sua substituição pelo povo armado” (MARX, 2011a, p. 56). A Comuna assume, ao mesmo tempo, a função de legislativo e de executivo. Suprime o poder político da polícia. Todo serviço público passa a receber salário de operários, todos eram removíveis. Quanto ao clero, desoficializaram e expropriaram as igrejas como proprietárias, os padres voltavam a viver da esmola dos fiéis. Tentam instaurar o ensino gratuito, sem interferência da

Igreja ou do Estado. Quanto aos magistrados – deveriam ser “eletivos, responsáveis e demissíveis”. (MARX, 2011a, p. 56). Além disso, “A Comuna era formada por conselheiros municipais, escolhidos por sufrágio universal nos diversos distritos da cidade, responsáveis e com mandatos revogáveis a qualquer momento” (MARX, 2011a, p. 56) e “A maioria dos seus membros era naturalmente formada de operários ou representantes incontestáveis da classe operária” (MARX, 2011a, p. 57). Ainda sobre a organização da Comuna temos:

Em vez de continuar a ser o agente do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de seus atributos políticos e convertida em agente da Comuna, responsável e substituível a qualquer momento. O mesmo se fez em relação aos funcionários de todos os outros ramos da administração. Dos membros da Comuna até os postos inferiores, o serviço público tinha de ser remunerado com salários de operários. Os direitos adquiridos e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios altos dignitários. As funções públicas deixaram de ser propriedade privada dos fantoches do governo central. Não só a administração municipal, mas toda iniciativa exercida até então pelo Estado foi posta nas mãos da Comuna (MARX, 2011a, p. 57)

Por tudo isso, a Comuna era a forma política capaz de levar a efeito a emancipação econômica do trabalho (2011a, p. 59). Como existência de classes tem um fundamento econômico, “com o trabalho emancipado, todo homem se converte em trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser atributo de classe” (MARX, 2011a, p. 59).

Assim, a emancipação do trabalho é alcançada. Nos rascunhos da *Guerra Civil*, Marx comenta outras ações da Comuna: “Devolução integral [...] do valor dos aluguéis de casa referente aos últimos três trimestres” (MARX, 2011a, p. 117), “Abolição do alistamento. Na atual guerra, todo homem apto (Guarda Nacional) deve servir. Medida excelente para livrar Paris de todos os traidores e covardes que nela se escondiam” (MARX, 2011a, p. 118), “Declaração da validade da eleição de Frankel (membro alemão da Internacional) para a Comuna: ‘considerando que a bandeira da Comuna é a da República Universal e que nela estrangeiros podem ter um assento’ (4 de abril); Frankel foi, em seguida, escolhido como membro da executiva da Comuna (21 de abril)” (MARX, 2011a, p. 119).

Por conta da sua curta duração, dois meses, a Comuna não pôde implementar totalmente várias destas propostas, porém, seu exemplo é importantíssimo, pois indica como foi possível desconstruir na prática alguns aparelhos estatais importantes, talvez os mais importantes, como a burocracia, o exército e a polícia. Nos relatos de Marx sobre a Comuna aparecem várias referências de como Paris estava tranquila naqueles dias, não havia relatos de furtos ou crimes do tipo.

Além do exemplo, nas palavras de Engels, do que seria na prática a ditadura do proletariado, fica claro que havia uma consciência de que o Estado é um instrumento a serviço da burguesia e de que “o instrumento político de sua escravização não pode servir como o instrumento político de sua emancipação” (MARX, 2011a, p. 169). Há uma proclamação da Comuna que aparece citada por Marx no rascunho da *Guerra Civil*, e serve bem para ilustrar este ponto:

A unidade que até agora nos foi imposta pelo Império, pela Monarquia e pelo governo parlamentar é nada mais do que uma centralização despótica, estúpida, arbitrária e onerosa. A unidade política que Paris deseja é uma associação voluntária fruto de iniciativa inteiramente local (...) uma delegação central a partir das Comunas Federadas. Supressão do velho mundo governamental e clerical, da supremacia e burocracia militar e da mercantilice dos monopólios e privilégios à qual o proletariado deve sua escravidão e a nação seus infortúnios e desastres. (Proclamação da Comuna, 19 de abril).” (p. 145 -146)

Marx se vale das experiências de 1830, de 1848 e do golpe de estado de 1851, além da própria Revolução de 1789, para demonstrar que o aparato estatal, por estar descolado da sociedade, sempre acaba se colocando a serviço de determinada classe e sempre acaba sendo usado como aparelho de dominação. Por isso, deve ser destruído. Este é um ponto da doutrina marxista do Estado que, como alerta Lenin, alguns oportunistas tentam ignorar, tanto para negar que o Estado serve aos interesses de uma classe, quanto para negar a necessidade de uma revolução violenta quando o objetivo é a superação da dominação de uma classe por outra.

2.3 – A origem do Estado

Talvez a referência teórica mais importante usada por Lenin em *O Estado e a Revolução* seja o texto *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Friedrich Engels. Se, nos textos vistos acima, Marx trata da questão do Estado como instrumento de dominação de classe, Engels vai pensar a questão do Estado como furto dos antagonismos de classe. Logo no prefácio temos: “a produtividade do trabalho aumenta sem cessar, e, com ela, desenvolvem-se a propriedade privada e as trocas, a possibilidade de empregar força de trabalho alheia, e com isso a base dos antagonismos de classe” (ENGELS, 1980, p. 3) e “A sociedade antiga (...) dá lugar a uma nova sociedade organizada em Estado” (ENGELS, 1980, p. 3). É importante pontuar que Marx também se vale destes pressupostos e que a *Origem da Família* tem *O Capital* como referencial teórico.

No prefácio da quarta edição, Engels nos diz que, até 1860, havia a noção de que, das primeiras famílias descritas por Moises até a configuração atual, houvera apenas uma forma de organização familiar, a patriarcal. Porém Banchof nos mostra a existência do direito matriarcal. O que possibilita uma história da família. Com Morgan, a teoria de um gens materno, que precedia o gens paterno, ganha consistência. Como o próprio título sugere, Engels não faz apenas uma história da família, mas também da propriedade privada e, a parte que mais nos interessa, do Estado. Antes de entrar na questão da origem do Estado propriamente dito, Engels faz um recorte entre Estado Selvagem, Barbárie e Civilização. A definição destes estágios aparece da seguinte forma:

Por hora, podemos generalizar a classificação de Morgan da forma seguinte: Estado Selvagem – Período em que predomina a apropriação de produtos da natureza, prontos para ser utilizados: as produções artificiais do homem são, sobretudo, destinadas a facilitar essa apropriação. Barbárie. – Período em que aparecem a criação de gado e a agricultura, e se aprende a incrementar a produção da natureza por meio do trabalho humano. Civilização – Período em que o homem continua aprendendo a elaborar os produtos naturais, período da indústria propriamente dita e da arte” (ENGELS, 1980, p. 28).

Feito o recorte, passamos para a definição de família, Engels aponta (1980, p. 30) a relação entre família e regime social. E a diferença entre família e relações de

parentesco: a primeira é dinâmica, evolui rapidamente, enquanto a segunda evolui lentamente. Sugere a existência de um momento inicial em que todos homens tinham acesso a todas as mulheres e todas mulheres tinham acesso a todos homens (1980, p. 36). As ideias de ciúme e incesto se desenvolvem posteriormente. Engels afirma que: “Se o primeiro progresso na organização da família consistiu em excluir os pais e filhos das relações sexuais recíprocas, o segundo foi a exclusão dos irmãos”. (ENGELS, 1980, p. 39). Ressalta a importância da exclusão da relação entre irmãos, colocar essa proibição em prática leva à família monogâmica. Com a proibição da relação entre irmãos formam-se núcleos familiares em torno de irmãos e irmãs “onde existe o matrimônio por grupos a descendência só pode ser estabelecida do lado materno” (ENGELS, 1980, p. 43). A gens se constituiu no sistema de descendência materna quando ficou proibida a relação entre irmãos.

Uma forma mais complexa de organização familiar, e que teria derivado do matrimônio por grupos, é a família sindiásmica. Com a proibição das relações entre parentes fica mais complicada a formação de grupos, com isso, surge uma forma de relação em que o homem pode ocasionalmente praticar a poligamia e em que a mulher é punida se não o fizer (ENGELS, 1980, p. 49). Temos ainda que “A evolução da família nos tempos pré-históricos, portanto, consiste numa redução constante do círculo em cujo seio prevalece a comunidade conjugal entre ‘sexos’” (ENGELS, 1980, p. 49). A família sindiásmica, de acordo com Engels, “é a forma de família característica da barbárie, como o matrimônio por grupos é a do estado selvagem e a monogamia é a da civilização” (ENGELS, 1980, p. 56).

Após descrever a família sindiásmica, Engels começa a esboçar o ponto em que a questão da monogamia se relaciona com a questão da propriedade privada. Com o surgimento da propriedade surge o problema da herança. A herança se torna problemática, pois a posse dos bens era do pai enquanto a descendência era materna, fazendo com que os filhos não recebessem a herança do pai. Os meios de produção se desenvolvem ao longo do tempo e:

Dessa forma, pois, as riquezas, à medida que iam aumentando, davam, por um lado, ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família, e por outro lado, fazia com que nascesse nele a ideia de valer-se

desta vantagem para modificar, em proveito dos seus filhos, a ordem da herança estabelecida (ENGELS, 1980, p. 59).

Assim surge o direito hereditário paterno, que se afirma através do nome. Após mostrar a relação entre família e propriedade privada, Engels aponta para a relação entre família e Estado. A família contém o germe da “escravidão e da servidão”, “encerra, em miniatura, todos os antagonismos que se desenvolvem, mais adiante, na sociedade e em seu Estado” (ENGELS, 1980, p. 62). Como é preciso assegurar a paternidade dos filhos, surge a monogamia. Vemos então, neste ponto, o surgimento da família patriarcal e da monogamia moderna.

A família monogâmica “baseia-se no predomínio do homem: sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível” (ENGELS, 1980, p. 62). Fortalecem-se os laços conjugais; principalmente no que concerne à mulher (ENGELS, 1980, p. 62), Engels alerta para o fato de que a monogamia acaba sendo cobrada apenas da mulher. Mostra a configuração da família monogâmica na Grécia antiga e acrescenta: “foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva” (ENGELS, 1980, p. 70). Em Atenas, a lei impunha o casamento, e a monogamia surge “sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história” (ENGELS, 1980, p. 70).

Chegamos ao antagonismo; Engels afirma que: “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classe, com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (ENGELS, 1980, p. 71) e completa:

A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, justamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas de dor e da repressão de outros (ENGELS, 1980, p. 71).

Como foi dito, é possível identificar no interior da família monogâmica o germe da servidão e da escravidão. Importante lembrar que, de acordo com Engels, o que

determina a organização familiar é a relação de seus membros com os meios de produção. A família monogâmica “é a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade” (ENGELS, 1980, p. 71). Para compreender como surge o antagonismo, devemos buscar compreender em quê a família monogâmica diverge das outras formas de família. Nela temos divisão de trabalho e opressão (servilismo e escravidão), enquanto a liberdade sexual é mantida em proveito dos homens. Engels chama essa liberdade de contradição, a outra contradição é o marido corneado. Com a monogamia, surge o adultério, e, com ele, a certeza da paternidade se esvai. No código de Napoleão consta que “O filho concebido durante o matrimônio tem por pai o marido”; Engels ironiza: “é este o resultado de três mil anos de monogamia” (ENGELS, 1980, p. 73). A família monogâmica, fundada em determinadas relações econômicas, deve se modificar logo que tais relações mudem.

Após mostrar como se constitui a família monogâmica, Engels passa à explicação de como surge o Estado. Toma como ponto de partida a gens iroquesa e a compara com a gens dos gregos da época heroica. No texto, gen aparece definida como “grupo que constitui uma descendência em comum” (ENGELS, 1980, p. 92). A ideia é mostrar semelhanças entre as duas e, assim, corroborar a tese de que há uma relação entre o nível de desenvolvimento dos meios de produção e a organização familiar. Fazendo referência aos gregos Engels afirma que “naquela época, em que todo membro masculino adulto da tribo era guerreiro, não havia ainda uma força pública separada do povo e que lhe pudesse se opor” (ENGELS, 1980, p. 116). O exército ainda não era uma força separada da sociedade. Com o desenvolvimento dos meios de produção “a riqueza passa a ser valorizada e respeitada como bem supremo e as antigas instituições da gens são pervertidas para justificar-se a aquisição de riquezas pelo roubo e pela violência” (ENGELS, 1980, p. 119). As riquezas individuais crescem impulsionadas pela herança, a família monogâmica patriarcal se consolida, abre-se todo um novo campo de aquisição de riquezas, com tudo isso:

Faltava apenas uma coisa: uma instituição que não só assegurasse as novas riquezas individuais contra as tradições comunistas da constituição

gentílica, que não só consagrasse a propriedade privada, antes tão pouco estimada, e fizesse dessa consagração santificadora o objetivo mais elevado da comunidade humana, mas também imprimisse o selo geral do reconhecimento da sociedade às novas formas de aquisição da propriedade, que se desenvolviam umas sobre as outras (...) uma instituição que, em uma palavra, não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar a não possuidora e o domínio da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Inventou-se o Estado. (ENGELS, 1980, p. 120).

No trecho citado acima fica clara a relação entre formas de produção e organização política. Onde não havia uma produção desenvolvida, não havia divisão de classes e, conseqüentemente, não havia Estado. Com o aumento das forças produtivas, surgem as classes e, com elas, surge a necessidade da manutenção e ampliação das riquezas por parte da classe dominante. Essa estrutura é o Estado. É possível dizer, então, que o Estado, um aparelho de exploração e dominação, é instituído pelos poderosos para manter e aumentar o seu poder.

Engels se vale do exemplo ateniense para falar da primeira fase da evolução do Estado. Que se dá “com a transformação e substituição parciais dos órgãos da constituição gentílica pela introdução de novos órgãos, até completamente instauradas autoridades com poderes realmente governamentais” (ENGELS, 1980, p. 120). Essa transformação se dá quando “uma ‘força pública’ armada usurpou o lugar do verdadeiro ‘povo em armas’” (ENGELS, 1980, p. 120). Tal força pública pode ser dirigida contra o povo; fora isso, o costume da herança de cargos públicos ganha força de lei. Neste ponto já temos uma força pública separada da sociedade. Além do exército regular e da burocracia temos outra forma particular de força pública, a polícia. O curioso é que, de acordo com o autor, em Atenas essa função era cumprida por escravos: “tal ofício parecia tão indigno para o ateniense livre que ele preferia ser detido por um escravo armado a cumprir ele mesmo aquelas funções tão aviltantes” (ENGELS, 1980, p. 132).

Em meio às considerações sobre a gênese do Estado ateniense, Engels traz considerações relevantes sobre a propriedade privada. “Até hoje, todas as revoluções tem sido contra um tipo de propriedade e em favor de outro; um tipo de propriedade não pode ser protegido sem que se lese outro” (ENGELS, 1980, p. 127). Os exemplos dados de violações ao direito sobre um tipo de propriedade em detrimento de outro tipo de propriedade são a destruição da propriedade feudal em

vista da propriedade burguesa na Revolução Francesa e a propriedade de devedores sobre credores em Solon. Engels encerra o trecho da seguinte forma: “Tanto é assim que há dois mil e quinhentos anos não se tem podido manter a propriedade privada senão com a violação dos direitos de propriedade” (ENGELS, 1980, p. 127).

Conclusão

Percorrendo os três textos centrais na argumentação de Lenin, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, *A Guerra Civil na França* e *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, percebemos que, em maior ou menor medida, os pressupostos que identificamos como centrais no *Estado e a Revolução* estão presentes em todos os textos. O Estado como fruto do antagonismo de classes e, conseqüentemente, como instrumento de dominação é central tanto para entender a experiência da Comuna, tanto quanto para o desenvolvimento do processo revolucionário de 1848, que vai terminar com o golpe de 1851.

O que estas experiências ensinam, e é isso que Lenin tenta mostrar em o *Estado e a Revolução*, é a consistência da teoria marxista do Estado. Destas experiências revolucionárias reais “que valem mais que cem programas”, Lenin retira fortes elementos para corroborar a posição de que o Estado é fruto do antagonismo inconciliável e, por isso, é um instrumento de dominação de determinada classe, e, que a revolução, por conta disso tudo, não pode ser feita de forma não violenta. Interessante notar que, às experiências de 1848 e 1871, Lenin acrescentaria a análise das revoluções russas de 1905 e de fevereiro 1917, porém foi “interrompido” pela Revolução de Outubro.

Referências Bibliográficas

ENGELS, F. (1980) *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. [tra. KONDER, Leandro]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LENIN, V. I. (2010) *O Estado e a Revolução*. [tra. LOBO, Aristides]. São Paulo: Expressão Popular.

MARX, K. (1988) “Manifesto do Partido Comunista” [tra. Victor Hugo Klagsbrunn], in: COUTINHO, Carlos Nelson et. al., REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Fundação Perseu Abramo, p.7-41.

MARX, K. (2005) *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. [tra. Rubens ENDERLE, Leonardo DE DEUS]. São Paulo: Boitempo.

MARX, K. (2011a) *A Guerra Civil na França*. [tra. Rubens ENDERLE]. São Paulo: Boitempo.

MARX, K. (2011b) *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. [tra. anot. Nélcio SCHNEIDER, prólogo Herbert MARCUSE]. São Paulo: Boitempo.